

ABOLICIONISMO E LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA (1889-1930)

PATRÍCIA DUARTE PINTO¹; LISIANE SIAS MANKE²;

¹*Universidade Federal de Pelotas 1 – patriciadp11@hotmail.com 1*

²*Universidade Federal de Pelotas – lisianemanke@yahoo.com.br 2*

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa propõe investigar como o conteúdo - Abolição da escravidão no Brasil- foi abordado em livros didáticos de História, publicados entre os anos de 1889 e 1930, após a promulgação da lei Áurea, observando de forma mais específica o que estava sendo escrito sobre esse acontecimento em um período recente ou próximo ao fato histórico.

O recorte temporal da pesquisa (1889-1930) se justifica pelo menos, por três razões: a primeira está relacionada a História do Ensino de História e aos estudos que tratam da construção da História como disciplina escolar. Conforme Schimidt, até 1931 ocorreu a construção do código disciplinar da História no Brasil, que tem como marco a inserção do conteúdo de História no currículo do Colégio Dom Pedro II¹, assim como a construção da História como disciplina escolar. A segunda questão corresponde a um período específico da História política do Brasil denominada República Velha, o qual teve início com a proclamação da República, em 1889 e término em 1930 com o golpe de Estado de Getúlio Vargas. A terceira questão está relacionada com o período pós-abolicionista, que compreende o momento após a promulgação da Lei Áurea em 15 de maio de 1888, quando os escravizados foram libertos em termos da Lei.

Os estudos sobre os textos e impressos escolares no Brasil cresceram significativamente nos últimos anos, atualmente temos um campo fértil e reconhecido de estudos de livros didáticos em nosso país. Além disto, no campo da História da Educação o Brasil é considerado como um país pujante na pesquisa sobre/de livros didáticos.

Segundo Choppin o livro didático é um instrumento – em suma complexo- e a análise de seus conteúdos é indissociável de seus usos, reais ou supostos.

¹ O Colégio Dom Pedro II, antigo Colégio dos Órfãos de São Pedro, foi criado em 1837 por decreto do regente Pedro de Araújo Lima. (SCHMIDT, 2009, p.12)

Circe Bittencourt aponta para a complexidade do trato dos livros didáticos, ao considerá-los "objeto cultural de múltiplas facetas". Para além disso, Bittencourt (2009) aponta o livro didático como "depositário dos conteúdos escolares" e como um importante veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. Nesse sentido, o livro didático ultrapassa a questão pedagógica, apresentando "implicações políticas, econômicas, ideológicas e teóricas" (CAIMI, 1999, p.28). Como alerta Caimi:

O autor de livros didáticos, assim como o historiador, faz opções entre diferentes temas, periodizações, fontes, métodos, etc., os quais são condicionados pela época em que vivem, pelo seu lugar social, pela sua visão de mundo. Não há, pois, absoluta neutralidade e objetividade; ainda que se esforcem para evitar a parcialidade, não há como se desvincilar totalmente desses condicionamentos (CAIMI, 1999, p.43).

Deste modo, entende-se o livro didático como um produto de grupos sociais que, intencionalmente ou não, perpassam sua forma de pensar e agir, suas identidades culturais e tradições. Choppin evidencia tal aspecto:

Os livros didáticos não são apenas instrumentos pedagógicos: são também produtos de grupos sociais que procuram, por intermédio deles, perpetuar suas identidades, seus valores, suas tradições, suas culturas. (CHOPPIN, 1992)

Em conformidade com os autores Batista e Galvão (2009), pretende-se tomar em primeiro lugar os livros didáticos como objeto de estudo, nas suas variadas dimensões, analisar o conteúdo Abolição da escravidão, bem como considerar, nessa análise, e sempre que as fontes possibilitarem, as práticas e apropriações que asseguram a transmissão de conteúdo ou as mudanças e permanências acerca do tema nos textos.

2. METODOLOGIA

Ao analisar as fontes pretende-se realizar não apenas uma descrição dos textos das obras selecionadas, mas, a partir da análise de conteúdo (BARDIN, 1977), perceber como foi abordado o conteúdo sobre abolição da escravidão após a promulgação da Lei Áurea, observando de forma mais específica quais são as abordagens sobre a Abolição. Desta maneira a problematização do objeto de pesquisa é muito importante.

Para alcançar os objetivos propostos e tendo em vista as especificidades das fontes para a investigação, foi necessário investir na constituição do corpus documental. Em um primeiro momento foi realizado o levantamento das fontes - livros didáticos de História que possuíssem o conteúdo Abolição da escravidão -

nos seguintes acervos: Acervo de Livros Didáticos de História do Laboratório de Ensino de História (LEH/UFPEL)²; Centro de Documentação de História da Educação da Faculdade de Educação (CEDOC/UFPEL)³; e o Centro de Memória e pesquisa Hisales⁴ (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros escolares). Assim como, o Laboratório de ensino e material didático da USP (LEMAD), que disponibiliza livros didáticos de história digitalizados em seu site institucional⁵.

O critério de seleção das obras que correspondem ao corpus investigados obedeceu a pelo menos quatro critérios: livros didáticos destinados a disciplina de História; livros didáticos publicados entre 1889 a 1930; publicações brasileiras; e livros que apresentassem conteúdo sobre a abolição da escravidão. Ao todo foram 44 obras localizadas com tais características, nos quatro acervos indicados.

Para uma análise adequada do conteúdo e das circunstâncias de produção destas obras, optou-se por, em um primeiro momento, analisar apenas uma obra de cada autor, escolhendo-se sempre a edição mais antiga localizada.

Trata-se de 20 obras de autoria de 20 diferentes autores, publicadas por diferentes editoras, especialmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Desta, cinco foram publicadas na última década do século XIX, quatro na primeira década, cinco obras na segunda década e seis obras na terceira década do século XX.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa tem demonstrado que as narrativas em livros didáticos de História publicados no final do século XIX e início do século XX apresentam informações breves e pontuais, que privilegiam datas, nomes e fatos históricos (Bittencourt, 1993). Acerca do conteúdo- Abolição da escravidão- são apresentados em cada livro didático uma narrativa sobre o acontecimento histórico, possuindo semelhanças e diferenças entre elas. Em sua maioria essas narrativas apresentam uma memória da Princesa Isabel enquanto redentora e

² Site: <https://wp.ufpel.edu.br/leh/>

³ Site: <http://www.acervo.com.br/centro-de-documentacao-cedoc/>

⁴ Site: <https://wp.ufpel.edu.br/hisales/>

⁵ Site: <http://lemad.fflch.usp.br/>

responsável pela assinatura da Lei Áurea. Além disto, a data - 13 de maio de 1888 - é dada a ver como uma benevolência palaciana, silenciando a participação dos negros e negras no processo abolicionista.

4. CONCLUSÕES

Destaca-se que a pesquisa e as reflexões brevemente apresentadas neste trabalho são parciais e ainda estão em construção e referem-se a uma parte da dissertação de mestrado, vinculada ao Programa de Pós-graduação em História da UFPel. O desenvolvimento deste estudo fará com que conheçamos o espaço destinado ao ensino sobre a abolição da escravatura em livros didáticos de História. Ao analisar as narrativas divulgadas nos livros didáticos é possível compreender quais as abordagens sobre o assunto e quais os agentes sociais apontados e envolvidos neste acontecimento histórico. Assim, observa-se a relevância do livro didático como fonte e objeto de pesquisa para compreensão de dada sociedade, no qual requisita profundidade e comprometimento investigativo.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes e GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história.** Campina: Mercado de Letras, 2009.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa/Portugal: Edições 70, 1977. p. 93-151.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993. 369p.

CAIMI, Flávia E. O livro didático: algumas questões. In: DIEHL, Astor Antônio (Org). **O livro didático e o currículo de história em transição.** Passo Fundo:Ediupf, 1999, p.25-109.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação.** Pelotas, v.6, n.11, abril 2002b, p.5-24.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **História do Ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização.** Revista História da Educação. Porto Alegre, v. 16, n.37, maio/ago.2012. p.73-91.